



CONGRESSO NAMIRA

DESTAQUES DA SEMANA

INFORMATIVO 27

23 A 27 DE JUNHO DE 2025



FENAJUD

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO NOS ESTADOS

☎ 61 3321 0242/5349 🌐 FENAJUD.ORG.BR

SCS, Qd. 01, Bc K, Ed Denasa, 9º andar, sala 903 - Brasília-DF

📷 📺 📢 @fenajud



CONJUNTURA POLÍTICA

Em clima de São João, **o Congresso Nacional deve operar em um ritmo mais leve nesta semana**. Tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado Federal tendem a focar em pautas consensuais, evitando temas polêmicos ou de maior complexidade neste momento. Na próxima semana, o ritmo pode ganhar novo fôlego: os congressistas terão aproximadamente duas semanas — de 1º a 16 de julho — para avançar em pautas prioritárias antes do início do recesso parlamentar.

No **Congresso Nacional**, de acordo com o calendário divulgado, será aberto na quarta-feira (25) até o dia 02 de julho, **o prazo de emendas para o PLDO 2026**. A data poderá ser alterada, pois alguns prazos como apresentação do relatório preliminar, ainda não foram cumpridos.

A **Câmara dos Deputados** tem sessão semipresencial agendada para quarta-feira (25). As votações deverão ocorrer via **infoleg**. Na pauta, destaca-se o item remanescente: o [PL 769/2024](#), que trata da criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do **Supremo Tribunal Federal**. Também está previsto o [PL 2692/2025](#), que reproduz o conteúdo da **MPV 1294/2025** e altera os valores da tabela progressiva mensal do **Imposto de Renda da Pessoa Física**. A matéria teve sua **urgência aprovada na última semana** e é relatada pelo deputado **Arthur Lira (PP/AL)**. E, por fim, o [PL 1546/2024](#), que exige autorização formal para desconto de mensalidades de associações de aposentados nos benefícios do INSS.

As Comissões realizam audiências públicas, mas sem reuniões deliberativas previstas para essa semana.

O presidente da Comissão Especial que analisa o [PL 1087/2025](#), que trata da ampliação da isenção do Imposto de Renda, deputado Rubens Pereira Júnior (PT/MA), **solicitou aos partidos a indicação de coordenadores para representar cada bancada nas negociações com o relator da matéria**, deputado Arthur Lira (PP/AL), ex-presidente da Câmara. As rodadas de negociação devem ocorrer nesta e na próxima semana, com o objetivo de consolidar o texto final. **O parecer do relator está previsto para ser apresentado até o dia 27 de junho, conforme o cronograma inicial.**

No **Senado Federal**, haverá sessões no Plenário durante a semana. Na **terça-feira**, destaca-se a votação do [PL 194/2022](#), que altera a CLT para dispor sobre a transferência de empregado público cujo cônjuge ou companheiro tenha sido deslocado no interesse da administração pública. Já Na **quarta-feira**, o foco deverá ser a discussão do [PLP 177/2023](#) que

propõe o aumento do número de deputados federais de 513 para 531 cadeiras.



TRIBUTAÇÃO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário delibera projeto de alteração na tabela do Imposto de Renda sobre Pessoa Física (IRPF): o Plenário da Câmara dos Deputados poderá votar na quarta-feira (25), com início previsto às 14h, o [PL 2692/2025](#) que altera os valores da tabela progressiva mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física e que **tramita sob regime de urgência**. O deputado Arthur Lira (PP/AL), relator da matéria em Plenário, apresentou [parecer](#) preliminar nesta segunda-feira (23). O projeto reproduz a MP 1294/2025, para propor a atualização dos valores da tabela progressiva mensal do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), conforme autorizado pelo artigo 1º da Lei nº 11.482/07.



PODER JUDICIÁRIO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário delibera projeto que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal: o Plenário da Câmara dos Deputados poderá votar na quarta-feira (25), com início previsto às 14h, o [PL 769/2024](#), que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal.

Foi apresentado, pelo deputado Defensor Stélio Dener (Republicanos/RR), [parecer](#) preliminar de Plenário favorável à Emenda nº 1, de autoria da deputada Erika Kokay (PT/DF), com **substitutivo**. A emenda trata da proteção das Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas (VPNI) dos servidores do Poder Judiciário, com o objetivo de impedir que essas vantagens sejam absorvidas por reajustes salariais. O relator, entretanto, ainda não se pronunciou sobre a **Emenda nº 2**, que propõe, aos Oficiais de Justiça, o pagamento retroativo da cumulação do VPNI com as Gratificação de Atividade Externa (GAE).

Fonte: Assessoria Parlamentar da Fenajud - Consillium.